

O debate sobre soberania digital ganha força no setor de interconexão

O avanço da Inteligência Artificial está provocando uma transformação profunda no setor global de infraestrutura digital

Darwin da Costa (*)

Mas, ao contrário do que predominou na última década, a discussão deixou de girar apenas em torno de nuvem e processamento computacional. Agora, conectividade, interconexão e localização dos dados passaram a ocupar o centro da estratégia tecnológica dos países.

É nesse contexto que o retorno do Redata ao debate político brasileiro ganhou enorme repercussão entre empresas que atuam diretamente no ecossistema de interconexão. Para operadores de Internet Exchange (IX), carriers, hyperscalers, provedores de nuvem e companhias de conectividade, o Redata não representa apenas um incentivo tributário para data centers. O projeto é visto como um possível catalisador para toda a cadeia digital brasileira.

O setor de interconexão vê o Redata como acelerador estrutural

A retomada das articulações do Projeto de Lei nº 278/2026 ocorre em um momento em que o mercado brasileiro busca consolidar sua posição como principal polo digital da América Latina.

O Redata (Regime Especial de Incentivos para Data Centers) é uma proposta legislativa que prevê benefícios fiscais e estímulos regulatórios para impulsionar a instalação e expansão de data centers no Brasil. O projeto busca reduzir custos de investimento em infraestrutura digital, incentivar a atração de capital estrangeiro e ampliar a capacidade computacional nacional, especialmente para aplicações ligadas à Inteligência Artificial e serviços em nuvem.

Nos bastidores do setor, existe uma percepção crescente de que a infraestrutura brasileira chegou a um ponto crítico: o país já possui demanda, mercado consumidor, geração renovável e posição geográfica estratégica, mas ainda ca-



BlackJack3D, CANVA

rece de alinhamento entre data centers, conectividade e políticas públicas.

É justamente aí que o Redata entra como peça-chave. A avaliação predominante entre empresas de interconexão é que incentivos para implantação de data centers tendem a gerar um efeito cascata positivo em toda a infraestrutura digital. Quanto mais data centers são construídos localmente, maior se torna a necessidade de troca de tráfego de alta capacidade, conectividade de baixa latência e interconexão contínua entre ambientes distribuídos de nuvem e rede.

Esse movimento acompanha uma tendência acelerada no mercado corporativo. Segundo o relatório State of the Cloud 2024, da Flexera, 89% das organizações já operam em ambientes multicloud, utilizando simultaneamente diferentes provedores de nuvem para distribuir aplicações, dados e workloads críticos. Essa arquitetura amplia significativamente a demanda por conectividade de alta performance e interconexão de baixa latência.

IA exige proximidade entre dados e conectividade

Olhando de perto o mercado, é possível depreender que a corrida global pela IA não será vencida apenas por quem possui mais GPUs ou maior capacidade computacional. O diferencial competitivo passa a ser a proximidade entre processamento, armazenamento e interconexão.

Aplicações de IA generativa, inferência em tempo real, automação industrial

e análise massiva de dados exigem latência extremamente baixa. Isso significa que os dados precisam circular rapidamente entre empresas, nuvens, provedores e usuários finais, sem depender excessivamente de rotas internacionais. Nesse cenário, o fortalecimento da infraestrutura local ganha importância estratégica.

O entendimento no setor é que o Redata pode acelerar esse processo ao estimular novos investimentos em infraestrutura física, aumentando a necessidade de interconexão de alta performance, por conseguinte.

Interconexão passa a ser considerada infraestrutura crítica

Outro ponto que vem ganhando força no mercado é a mudança de percepção sobre o papel das empresas de interconexão. Ao longo dos anos, os Internet Exchanges evoluíram de infraestruturas essenciais de eficiência de tráfego para plataformas estratégicas capazes de sustentar ecossistemas digitais complexos, multicloud e orientados por IA.

Hoje, essas infraestruturas passaram a ser tratadas como elementos centrais da soberania digital. A razão é simples: quanto maior a capacidade de manter dados, aplicações e tráfego circulando localmente, menor a dependência de infraestrutura estrangeira.

Isso representa uma mudança estrutural no posicionamento do setor. Interconexão deixa de ser apenas eficiência operacional e passa a integrar discussões sobre soberania

tecnológica; segurança digital; resiliência da internet; independência de infraestrutura; e competitividade em IA. A avaliação predominante entre analistas do mercado é que países que conseguirem integrar políticas industriais, energia renovável, data centers e conectividade terão vantagem competitiva na próxima fase da economia digital.

O Brasil começa a ser visto como oportunidade estratégica

Dentro do setor de interconexão, existe também uma percepção crescente de que o Brasil reúne características raras no cenário global. O país combina grande mercado consumidor; matriz energética renovável; forte crescimento de demanda por IA; posição geográfica estratégica; e expansão acelerada de cloud computing.

A limitação, segundo empresas do setor, sempre esteve na velocidade de coordenação regulatória e nos custos de infraestrutura. Por isso, o avanço do Redata passou a ser acompanhado de perto por operadoras de conectividade, provedores de nuvem e empresas globais de infraestrutura digital. A leitura predominante é que o projeto pode destravar uma nova onda de investimentos internacionais no país, ampliando não apenas a construção de data centers, mas também toda a camada de interconexão necessária para sustentar aplicações de Inteligência Artificial em escala.

O Redata atua como motor de expansão física da infraestrutura computacional. Com esses avanços na mesa, o Brasil começa finalmente a alinhar os dois lados da equação: capacidade computacional e inteligência de rede. E, na corrida global pela IA, essa combinação pode definir quais países serão apenas consumidores de tecnologia, e quais se tornarão protagonistas da nova infraestrutura digital mundial.

(*) Diretor Regional da DE-CIX Brasil.

Sem juros, mas com estrutura: o verdadeiro papel da taxa de administração

Guilherme Lamounier (*)

Uma das dúvidas mais comuns de quem ingressa em um consórcio é entender como funciona a remuneração da administradora. A resposta está na taxa de administração, responsável por sustentar toda a estrutura necessária para o funcionamento do sistema: organização dos grupos, realização das assembleias, sorteios, análise de crédito e suporte ao cliente durante o contrato. Diferentemente dos juros do financiamento, que acompanham as oscilações da Selic e podem elevar significativamente o custo final do bem, essa cobrança é definida desde o início e diluída nas parcelas, garantindo previsibilidade ao consumidor.

Entender essa lógica é fundamental para compreender o próprio modelo de consórcio. O participante não está apenas contratando crédito, mas aderindo a um sistema de poupança coletiva organizado, que depende de gestão profissional para funcionar de forma equilibrada e segura.

Existe um paralelo interessante com os meios de pagamento. Assim como as bandeiras de cartão cobram taxas para manter a infraestrutura que conecta compradores e vendedores com segurança, a administradora do consórcio também exerce o papel de mediação financeira. Sem essa estrutura, não existiriam grupos organizados, assembleias, contemplações ou regras capazes de garantir estabilidade ao sistema.

O funcionamento do consórcio depende justamente dessa lógica de confiança organizada. A aquisição do bem só acontece porque há uma gestão responsável por coordenar recursos entre dezenas ou centenas

de participantes que, individualmente, dificilmente conseguiriam administrar esse processo com segurança. A cada parcela paga, o consorciado não apenas constrói seu crédito futuro, mas também contribui para a manutenção da estrutura que sustenta o grupo.

Do ponto de vista regulatório, o setor é supervisionado pelo Banco Central do Brasil, que estabelece regras de transparência para as administradoras. O percentual cobrado é definido previamente em contrato e não sofre alterações ao longo do prazo, o que se torna um diferencial importante em um cenário de juros elevados e instabilidade econômica.

Comparado ao financiamento tradicional, o consórcio apresenta uma lógica diferente. Nos financiamentos, os juros compostos incidem sobre o saldo devedor e podem fazer com que o consumidor pague um valor muito superior ao preço original do bem. No consórcio, não há incidência de juros sobre o crédito contratado, mas sim uma taxa previamente estabelecida para garantir a operação do sistema.

Em um ambiente econômico marcado por taxas elevadas e maior preocupação com planejamento financeiro, o consórcio ganha espaço como alternativa para quem consegue programar a aquisição de um bem sem urgência imediata. Mais do que um “custo extra”, a taxa de administração representa o valor de uma estrutura que garante previsibilidade, organização financeira e acesso planejado ao crédito.

(*) Especialista do mercado de consórcio e head de negócios da Multimarcas Consórcios.



TRANSPARÊNCIA

A TRANSPARÊNCIA GERA CONFIANÇA AOS LEITORES.
POR ISSO, AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS
SÃO ESSENCIAIS PARA A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.